

Campos critica a proposta

O líder do PDS no Senado, Roberto Campos (MT), retornou de viagem aos Estados Unidos a tempo de evitar que a Casa votasse, ontem, o projeto de resolução da Comissão de Assuntos Econômicos aprovando as negociações da dívida externa conduzidas pelo governo. Para o senador, o projeto "é inconstitucional e contém vários absurdos". Ele não aprova tampouco as negociações. Do negociador brasileiro, embaixador Jório Dauster, disse: "Ele foi meu funcionário, mas não aprendeu nada de dívida externa".

O senador foi para o plenário anunciando que faria um discurso fulminando o projeto, terceiro item da ordem do dia. Mas não precisou falar. O senador Ney Maranhão (PRN-PE), em exercício na liderança do governo, movimentou-se e com o apoio de representantes de dois terços do Senado, conseguiu retirar o projeto da pauta, adiando a decisão para o dia 21 de novembro. Até lá, com a volta do seu relator, Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) — em viagem também aos Estados Unidos —, espera-se que o projeto seja revisto.

"Autoridade"

Não será fácil, porém, fazê-lo aceitável pelo líder do PDS. Com a autoridade, por ele lembrava, de quem "já negociou três dívidas externas", Roberto Campos acha que o projeto de resolução foi fruto da inexperiência dos senadores no assunto. "O Senado está querendo ir além de suas atribuições. Quer examinar cada contrato", disse. Acrescentou: "Não há a menor condição. Se um projeto de lei tão importante como o que regula a cobrança do ISS está há quase um ano aguardando votação, como é

que o Senado vai examinar complexos contratos da dívida externa?"

O senador considera inconstitucional o projeto por tentar submeter à apreciação do Senado obrigações já contratadas e que não previram essa interferência. Acha que o projeto — e aí sua crítica alcança a proposta brasileira aos credores estrangeiros — proclama uma "obviedade", ao dizer que o Brasil só pagará o que pode, é uma "tolice", ao estabelecer que a ele próprio cabe definir isso.

"O credor diz que só vai pagar com as sobras e ele mesmo é que vai dizer se sobrou alguma coisa", observou. "Se o Brasil resolve construir outra Brasília, não sobrá nada e não se pagará nada. Isso é um absurdo". No entender do senador, o projeto de resolução, longe de reforçar a posição brasileira nas negociações com os credores, seria um incentivo a uma confrontação "desaconselhável" e totalmente "desnecessária". Desnecessária porque "há boa vontade da parte dos credores para se encontrar uma solução". O que o Brasil não pode fazer, segundo ele, é fugir dos padrões de negociação. "Eu não começaria uma negociação por essa forma", disse, referindo-se à proposta brasileira. "Há parâmetros nas negociações feita por outros países que já representam um consenso internacional. O Brasil não pode seguir caminho muito diferente".

Para o senador, o projeto de resolução foge dos principais objetivos da negociação, que são os de restaurar a confiabilidade sobre o Brasil atrair investimentos estrangeiros, propiciar a abertura de novos créditos e fazer a repatriação de capitais brasileiros.